

SINDEC EM AÇÃO

A FORÇA DO COMERCÁRIO



Câmara aprova MP do comércio aos domingos

Após quatro horas de discussão, a Câmara dos Deputados aprovou ontem (20) medida provisória que autoriza atividades comerciais aos domingos, derrubando texto do Senado que condicionava a abertura do comércio nesses dias a convenções coletivas de trabalho. Atualmente, estabelecimentos comerciais funcionam aos domingos e feriados graças a acordos com sindicatos, leis municipais ou determinação judicial. Em vigor desde setembro, o texto aprovado pelo Congresso, que é exatamente igual ao enviado pelo Executivo, será promulgado pelo presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC). A MP 388 também aumenta a frequência obrigatória de repouso aos domingos. Como regra geral, hoje, a cada três domingos de trabalho --com folga compensatória durante a semana--, é obrigatório que o quarto domingo seja de repouso. Pela proposta, o repouso semanal será obrigatório a cada dois domingos trabalhados. De autoria do Poder Executivo, a medida foi aprovada na Câmara em outubro, mas sofreu modificações no Senado e, por isso, retornou para nova votação dos deputados. A mudança mais polêmica rejeitada foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS), relator da MP naquela Casa. O texto original, aprovado ontem, prevê o funcionamento do comércio mediante convenção coletiva de trabalho apenas para os casos de feriados. O senador havia estendido a condição da convenção coletiva também para os domingos. Ou seja, para que o comércio funcionasse aos domingos, seria necessário um acordo entre o sindicato da categoria empregada e o dos empregadores. Ao voltar para a Câmara, a MP 388 recebeu parecer contrário às mudanças no Senado. "A espera da negociação reduziria a possibilidade de abertura do comércio em geral, contrariando o desejo da sociedade", escreveu o relator Sandro Mabel (PR-GO), que é dono de fábrica de biscoitos e fornecedor de supermercados. Acordo Também contrário à alteração do Senado, o líder da bancada do DEM, deputado Onyx Lorenzoni (RS), disse que o texto original, enviado pelo governo, foi fruto de um acordo firmado em maio com o apoio das centrais sindicais. "[A emenda] foi uma esperteza pilotada pelo [Paulo] Paim para agradar aos sindicatos. E houve um cochilo dos senadores, principalmente da oposição", afirmou o líder. "Fizeram uma batalha à toa. O grande debate vai ser na Câmara de Vereadores", disse o senador Paim, ao afirmar que medida provisória não anula a legislação dos municípios. A discussão da matéria rachou partidos da base e da própria oposição. Foram 234 votos a favor e 197 contra, em votação seguida de vaias de manifestantes que assistiam da tribuna de honra. "Disputa não é política, é ideológica", disse Lorenzoni. Fonte: Folha Online

Mais notícias do período Novembro de 2007

* [Convenções Coletivas 2007/2008 já estão disponíveis](#)

* [Cai a fatia gaúcha no PIB nacional](#)

* [Comerciários protestam no Centro](#)

* [INSS lança pacote contra fraudes](#)

SINDEC EM AÇÃO

A FORÇA DO COMERCÁRIO



- * [Trabalhadores e empresários vêm riscos na proposta de reforma da CLT](#)
- * [Convenção Coletiva histórica inclui maior aumento do Brasil e introduz a inédita cláusula do Trabalho Decente](#)
- * [Comerciários de Porto Alegre com maior reajuste do Brasil](#)
- * [Atenção comerciário: venha decidir os rumos da Campanha Salarial](#)
- * [Sindec firma TAC com Ministério Público do Trabalho que regulariza o recolhimento das contribuições assistencial e confederativa](#)
- * [Festa reuniu mais de 500 pessoas na sede de Ipanema](#)

[Notícias](#)